

Magistratura São Paulo 2007

180º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA PROVA DE SELEÇÃO – VERSÃO 1

DIREITO CIVIL

01. No que se refere ao negócio jurídico:

- I. sua validade requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita em lei;
- II. a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em seu próprio benefício, na defesa de seu direito;
- III. a invocação da incapacidade relativa de uma das partes não aproveita aos interessados capazes, salvo se, neste caso, por divisível o objeto do direito ou da obrigação comum;
- IV. a manifestação da vontade é imprescindível ao negócio jurídico.

Aponte as assertivas incorretas.

- (A) I e II, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I, II e III, somente.
- (D) II e III, somente.

02. Nas obrigações de coisa certa, é incorreto afirmar que

- (A) culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se encontra.
- (B) deteriorada a coisa, sendo culpado o devedor, poderá o credor resolver a obrigação, aceitando-a, mas sem abatimento de seu preço, arcando com o valor que perdeu.
- (C) responsável o devedor pela danificação da coisa, mas sem destruição total, terá o credor o direito de reclamar indenização por perdas e danos.
- (D) tendo o devedor deteriorado a coisa, poderá o credor desistir do negócio e receber a devolução do valor equivalente ao bem no estado em que recebeu.

03. Quando da formação do contrato,

I. deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo à pessoa presente, não foi imediatamente aceita;

II. os contratos entre ausentes deixam de ser perfeitos se, antes da aceitação, ou com ela,

chegar ao proponente a retratação do aceitante;

III. os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, mesmo se o proponente não houver se comprometido a esperar a resposta;

IV. a proposta é obrigatória quando, feita com prazo à pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e II, somente.

(B) III e IV, somente.

(C) I, II e III, somente.

(D) II e III, somente.

04. Quanto ao enriquecimento sem causa, assinale a opção apropriada.

(A) A restituição é cabível.

(B) Seu nexo de causalidade consiste essencialmente no efetivo enriquecimento de alguém

e na efetiva diminuição do patrimônio de outrem, independentemente de resultarem de um

só fato.

(C) A restituição é devida mesmo quando sua causa justificadora deixou de existir.

(D) A causa jurídica é requisito essencial.

05. No que concerne à responsabilidade civil, é incorreto afirmar que

(A) o deficiente mental total responde pelos prejuízos que causou, na falta de obrigação ou de meios de seus responsáveis.

(B) a pessoa, agindo em estado de necessidade, tem o dever de indenizar terceiro prejudicado que não deu causa à situação de perigo.

(C) as empresas respondem objetivamente pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.

(D) o estabelecimento bancário não é responsável pelo pagamento do cheque falso, ressalvada a culpa exclusiva do correntista.

06. Em relação ao usucapião e à perda da propriedade, pode-se afirmar que

I. são títulos justos a embasar o usucapião ordinário a escritura por instrumento particular, a escritura pública, o compromisso de compra e venda, a cessão de direitos hereditários e a sucessão em si mesma;

II. no usucapião rural, tem legitimidade para usucapir a pessoa física, nata ou naturalizada, o estrangeiro aqui residente e a pessoa jurídica aqui sediada;

III. o imóvel situado na zona rural que o proprietário abandonar com a intenção de não mais conservar em seu patrimônio, e que não se encontra na posse de outrem, poderá ser

arrecadado como bem vago;

IV. na servidão, o princípio consistente em serem os prédios vizinhos comporta restrições.

Estão corretas apenas as afirmações

(A) I e II.

(B) III e IV.

(C) I, II e III.

(D) II e III.

07. É nulo o casamento contraído

- (A) pelo interditado mentalmente enfermo que não possui o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- (B) pelo adotante com quem foi cônjuge do adotado e pelo adotado com quem o foi do adotante.
- (C) pelo cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio culposo contra o seu próprio consorte.
- (D) entre irmãos unilaterais ou bilaterais, e os demais colaterais, até o terceiro grau, inclusive.

08. No que toca ao regime de bens entre os cônjuges, aponte a assertiva válida.

- (A) Qualquer que seja o regime de bens, nenhum dos cônjuges, sem autorização do outro, pode pleitear ou gravar de ônus real os bens imóveis.
- (B) As ações fundadas nos incisos III, IV e V do art. 1.642 do Código Civil competem ao cônjuge prejudicado.
- (C) nos casos dos incisos III e IV do artigo 1.642, o terceiro, prejudicado com a sentença favorável ao autor, não terá regressivo contra o cônjuge que realizou o negócio jurídico ou seus herdeiros.
- (D) no regime de separação absoluta de bens, não pode o cônjuge demandar a rescisão de fiança realizada pelo outro cônjuge com infração do disposto nos incisos III e IV, do art. 1.647 do Código Civil.

09. Em relação aos alimentos:

- I. no cumprimento da obrigação alimentar pelos parentes, a solidariedade é relativa;
- II. o direito aos alimentos é personalíssimo, imprescritível e intransmissível;
- III. os alimentos são irrepetíveis e irrenunciáveis;
- IV. têm os parentes, cônjuges ou companheiros, o dever de sustentar uns aos outros quando necessário.

São verdadeiras apenas as proposições

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III.

10. Considere as afirmações a seguir, tendo em vista o reconhecimento da união estável nas seguintes situações:

- I. não se constituirá, se a pessoa casada se achar separada de fato;
- II. deixará de se caracterizar em relação ao divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal;
- III. pode ser considerada a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar;
- IV. aplica-se sempre às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

São incorretas apenas as afirmações

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III.

11. A propósito do direito sucessório, pode-se dizer que

I. a companheira terá direito à metade da herança da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente, na vigência da união estável, se concorrer com outros parentes sucessíveis;

II. se concorrer com descendentes só da autora da herança, o companheiro participará da sucessão da outra, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, e da metade do que couber a cada um deles;

III. o direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública;

IV. é eficaz a cessão por escritura pública, pelo co-herdeiro, de seu direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente.

Interpretando as assertivas apresentadas, consideram-se verdadeiras somente

(A) I e II.

(B) II e IV.

(C) I, II e III.

(D) II e III.

12. Analise as sentenças a seguir, relativas às disposições inseridas no Código de Defesa do Consumidor:

I. quando expressamente contratadas, são cumuláveis comissão de permanência e correção monetária;

II. no fornecimento de produtos ou serviços que envolvam outorga de crédito ou concessão de financiamento de multas decorrentes do inadimplemento, estas não podem ser superiores a 3% (três por cento) do valor da prestação;

III. são cumuláveis os juros bancários nunca superiores a 12% ao ano, mais a correção monetária;

IV. são cumuláveis os juros bancários, a correção monetária e a multa pela mora, inferior ao percentual de 10%.

São corretas apenas as sentenças

(A) I e II.

(B) III e IV.

(C) I, II e III.

(D) II e III.

13. No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão registrados

I. os contratos de promessa de compra e venda, das cessões e das promessas de cessão a que alude o Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, quando o loteamento se tiver formalizado anteriormente à vigência dessa lei;

II. as sentenças de separação judicial, de divórcio e de nulidade ou anulação de casamento quando, nas respectivas partilhas, existem imóveis ou direitos reais sujeitos a registro;

III. os contratos de compromisso de compra e venda, de cessão deste e de promessa de cessão, com ou sem cláusula de arrependimento, que tenham por objeto imóveis não loteados e cujo preço tenha sido pago no ato de sua celebração, ou deva sê-lo a prazo, de uma só vez ou em prestações;

IV. as sentenças que nos inventários, arrolamentos e partilhas adjudicarem bens de raiz em pagamento das dívidas da herança.

As opções assertivas adequadas são apenas

(A) I e II.

(B) III e IV.

(C) I, II e III.

(D) II e III.

14. Assinale a assertiva correta.

(A) Aos empresários é concedido o prazo de dois anos para se adaptarem às disposições do Código Civil/2002, a partir de sua vigência.

(B) Nos aforamentos a que se refere o art. 2.038 do Código Civil/2002, não é permitida a constituição de enfiteuse.

(C) A hipoteca legal dos bens do tutor ou curador, inscrita em conformidade com o inciso IV do art. 827 do Código Civil/1916, não poderá ser cancelada, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 1.745 do Código Civil/2002.

(D) Aplica-se o disposto no caput do art. 1.848 do Código Civil/2002, quando aberta a sucessão no prazo de dois anos após a sua entrada em vigor, ainda que o testamento tenha sido feito na vigência do Código Civil/1916.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

15. Para propor ou contestar ação, é necessário ter interesse e legitimidade. Diante dessa proposição, assinale a alternativa correta.

(A) A parte legitimada para a causa está também para o processo.

(B) A legitimação para o exercício do direito de ação depende da efetiva existência e comprovação do direito material.

(C) Não tem legitimidade o cônjuge separado judicialmente para pretender o suprimento judicial do outro.

(D) A contestação é o momento processual para a arguição de carência da ação por falta de interesse e legitimidade, sob pena de preclusão.

16. Assinale a alternativa incorreta.

(A) A violação de segredo de justiça, na ação de alimentos ajuizada em face de pai adúltero, tem repercussão processual capaz de gerar a nulidade dos atos ali praticados.

(B) Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais.

(C) Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

(D) É válida a citação irregular quando esta atingir a sua finalidade, aplicando-se no caso o princípio da causa finalis.

17. Assinale a afirmação incorreta.

(A) Em consonância com o moderno princípio da instrumentalidade processual, que recomenda o desprezo a formalidades desprovidas de efeitos prejudiciais, aplica-se a teoria da aparência para reconhecer a validade da citação da pessoa jurídica, realizada por aquele que se apresenta como seu representante legal.

(B) Ao proceder à citação da pessoa jurídica, é dever do oficial de justiça exigir prova da representação legal ou contratual da empresa para reputar válida e eficaz a diligência efetuada.

(C) Na hipótese de incapacidade por doença mental comprovada por laudo técnico, o suprimento da incapacidade processual independe de sentença declaratória de interdição e curatela.

(D) Como ato essencial que é ao devido processo legal, sua garantia e segurança, a citação deve obedecer aos requisitos legais, sob pena de nulidade a ser argüida em qualquer grau de jurisdição.

18. Em relação à citação, considere:

I. o mandado deve conter também a advertência a que se refere o art. 285, segunda parte, se o litígio versar sobre direitos indisponíveis;

II. realizada a citação com hora certa, o prazo para contestar tem início com a juntada do mandado aos autos, e não do recebimento da carta de ciência referida no art. 229 do CPC;

III. nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar citações ou intimações em qualquer delas;

IV. como dispõe o inciso IV do art. 221 do CPC, incluído pela Lei n.º 11.419, de 19.12.2006, a citação poderá ser feita ao réu por meio eletrônico, sendo obrigatória somente a presença de todos os elementos dos autos a ensejar o seu exame e consequente defesa.

Estão corretas somente as assertivas

(A) I e II.

(B) III e IV.

(C) I, II e III.

(D) II e III.

19. Assinale a assertiva incorreta.

(A) Na duplicidade de intimação válida da sentença, o prazo para a interposição do recurso de apelação deve fluir da primeira.

(B) As intimações efetuam-se de ofício, em processos pendentes, salvo disposição em contrário.

(C) A intimação dos atos processuais no Distrito Federal, Capitais dos Estados e dos Territórios, considera-se realizada somente com a publicação no órgão oficial, tanto no que diz respeito à intimação dos advogados como das partes.

(D) Se a parte a ser intimada possuir vários procuradores constituídos nos autos e a publicação mencionar o nome de apenas um deles, de todo eficaz será o ato citatório.

20. Assinale a alternativa incorreta.

(A) O processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial. Sua extinção pressupõe a inatividade do autor quanto à tomada de quaisquer providências referentes ao seu prosseguimento.

(B) Considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara. A propositura da ação, todavia, só produz, quanto ao réu, os efeitos mencionados no art. 219 do CPC, depois que for validamente citado.

(C) É de se considerar ressalva ao art. 264 do CPC quando, apresentada a petição inicial, se lhe altera a causa de pedir, não se opondo o réu ao seu fundamento, consentindo implicitamente com a alteração proposta.

(D) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei. A alteração do pedido, porém, será permitida após o saneamento do processo.

21. Sobre a taxa judiciária, é correto afirmar que

(A) tem por fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense nas ações de conhecimento, na execução, nas ações cautelares, nos procedimentos de jurisdição voluntária e nos recursos.

(B) na taxa judiciária estão incluídas as publicações de editais, os serviços de partidor e contador, as despesas postais com citações e intimações, as consultas de andamento os processos por via eletrônica ou informática.

(C) na taxa judiciária estão incluídas as publicações de editais, as consultas de andamento dos processos por via eletrônica ou da informática e os serviços de distribuição.

(D) abrange os serviços de distribuidor, contador, partidor, as publicações de editais e as consultas de andamento dos processos por via eletrônica ou da informática.

22. Assinale o arresto correto segundo o disposto na Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

(A) Na hipótese de conciliação, a opção pelo procedimento previsto nesta lei importará em renúncia ao crédito excedente a 40 vezes o salário mínimo.

(B) Os processos orientar-se-ão pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, admitindo-se a assistência e o litisconsórcio.

(C) O Juizado Especial Cível possui competência para processamento das causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a 40 salários mínimos, abrangendo aquelas enumeradas no art. 275, inc. I, do Código de Processo Civil, também a ação de despejo para uso próprio e de seu companheiro.

(D) Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes poderão comparecer pessoalmente, e nas de valor superior deverão estar assistidas por advogado.

23. Assinale a alternativa incorreta a respeito da Lei n.º 1.060/50.

(A) A assistência judiciária compreende a isenção das taxas judiciárias e dos selos; das despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais; dos honorários de advogado e peritos e das despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade.

(B) A parte contrária poderá, em qualquer fase do processo, requerer a revogação dos benefícios de assistência, desde que prove a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão.

(C) Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias, transmitindo-se referidos benefícios ao cessionário de direito, não se extinguindo em caso de morte do beneficiário.

(D) A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se, dentro de 05 (cinco) anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.

24. Assinale a afirmativa falsa acerca dos títulos executivos extrajudiciais.

(A) São títulos executivos extrajudiciais a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.

(B) Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação pelo STJ para serem aqui executados, devendo satisfazer os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e indicar o Brasil como o lugar de cumprimento da obrigação.

- (C) Constituem títulos executivos extrajudiciais o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio, e os créditos decorrentes de foro e laudêmio.
- (D) A propositura de qualquer ação relativa ao débito constante de título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.

25. Indique a afirmativa que não está de acordo com as normas processuais em vigor.

- (A) A produção antecipada da prova pode consistir em interrogatório e, após a sentença homologatória, os autos serão entregues ao requerente. A sentença proferida nessa ação não é declaratória e não faz coisa julgada material, havendo apenas documentação judicial de fatos.
- (B) Nos procedimentos cautelares, a caução pode ser real ou fidejussória. Quando a lei não determinar a espécie de caução, esta poderá ser prestada mediante depósito em dinheiro, papéis de crédito, títulos da União ou dos Estados, pedras e metais preciosos, hipoteca, penhor e fiança.
- (C) Cessa a eficácia da medida cautelar: se a parte não intentar a ação no prazo de 30 dias, contados da efetivação da medida cautelar; se não for executada dentro de 30 dias ou se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito. E, se por qualquer motivo cessar a medida, é defeso à parte repetir o pedido, salvo por novo fundamento.
- (D) Comete atentado a parte que, no curso do processo, viola penhora, arresto, seqüestro ou imissão na posse; prossegue em obra embargada ou pratica qualquer outra inovação ilegal no estado de fato.

26. Assinale a alternativa incorreta acerca dos procedimentos cautelares.

- (A) A justificação prévia far-se-á em segredo de justiça se for indispensável. Provado quanto baste o alegado, expedir-se-á mandado que conterà a assinatura do juiz do qual emanar a ordem.
- (B) Aquele que for obrigado a dar caução requererá a citação da pessoa a favor de quem tiver de ser prestada, indicando na petição inicial a estimativa dos bens.
- (C) A ação de exibição de documentos não pode ser cumulada com o pedido liminar de sua busca e apreensão.
- (D) É lícito pedir alimentos provisionais nas ações de separação judicial e de anulação de casamento, desde que estejam separados os cônjuges.

27. Sobre as ações possessórias, é correto afirmar que

- (A) é defeso ao autor cumular ao pedido possessório o de desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento de sua posse.
- (B) na dependência do processo possessório é lícito, assim ao autor como ao réu, intentar ação de reconhecimento do domínio.
- (C) incumbe ao autor provar a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção; a perda da posse, na ação de reintegração.
- (D) contra as pessoas jurídicas de direito público será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.

28. Relativamente ao processo de inventário, assinale o assertório incorreto.

- (A) O legatário é parte ilegítima para manifestar-se sobre as dívidas do espólio quando toda herança for dividida em legados.
- (B) O incidente de remoção do inventariante correrá em apenso aos autos do inventário.
- (C) Apresentadas as primeiras declarações, o juiz mandará citar, para os termos do inventário e partilha, o cônjuge, os herdeiros, os legatários, a Fazenda Pública, o Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente e o testamenteiro, se o falecido deixou testamento.

(D) Incumbe ao inventariante trazer à colação os bens recebidos pelo herdeiro ausente, renunciante ou excluído.

DIREITO PENAL

29. Marisa, arrolada como testemunha de uma das partes em litígio cível, apresenta versão isolada e totalmente dissonante da prova em seu conjunto. Antes mesmo da sentença, ela se retrata, dando nova versão aos fatos, atribuindo a Renato, advogado de uma das partes, orientação e induzimento para que fizesse declaração falsa em Juízo. Em face da retratação, é correto dizer que

- (A) o juiz criminal, caso venha a condená-la, interpretará a retratação como circunstância atenuante.
- (B) Renato poderá ser processado pelo mesmo delito.
- (C) a retratação opera como condição extintiva da punibilidade.
- (D) nenhum dos dois responderá por falso testemunho.

30. Um ladrão pula o muro de uma casa para furtar. É morto, todavia, por ataque de cães bravios. Em tais condições, o proprietário da casa

- (A) deve ser inocentado por legítima defesa preordenada.
- (B) responde por homicídio culposo.
- (C) deve ser inocentado, pela excludente de estado de necessidade.
- (D) responde por homicídio doloso.

31. José, tido como inimputável no curso de um processo-crime em prova pericial, vem a agredir João, causando-lhe ferimentos de natureza grave. Apura-se, no entanto, que agiu em legítima defesa. O juiz, ante o disposto no Código Penal, art. 97, deve absolver o réu,

- (A) sujeitando-o à internação em casa de custódia, por ser o delito apenado com reclusão.
- (B) descabendo a aplicação de qualquer medida de segurança.
- (C) e aplicar-lhe medida de segurança pelo prazo correspondente a seu grau de periculosidade.
- (D) mas aplicar-lhe medida de segurança de, no mínimo, um ano.

32. Um suposto integrante de facção criminosa, ocupando a garupa de uma motocicleta, passa defronte a um Fórum da Capital e dispara contra pessoas que estão em seu interior. Duas delas são feridas gravemente; as restantes não sofrem lesão alguma. Em face de sua conduta criminosa, o agente responderá por tentativa de homicídio em concurso

- (A) formal de delitos por dolo direto.
- (B) formal por dolo indireto ou eventual.
- (C) material de delitos, por dolo direto.
- (D) material por dolo indireto ou eventual.

33. Antônio e Geraldo saem às ruas a fim de, em conjunto, praticarem roubos. Defrontam-se com Josué, ao sair de seu veículo. Antônio, armado de um revólver, acobertado por Geraldo, aborda a vítima e a subjuga no intento de roubar-lhe o automóvel. Assustada, a vítima resiste e acaba sendo ferida por dois disparos de Antônio, sofrendo lesões de natureza grave. Antônio e Geraldo fogem do local, sem

nada roubarem. Hospitalizada, a vítima recebe injeção de penicilina, substância que lhe causa a morte por trauma alérgico.

Em face do nosso estatuto penal, assinale a hipótese aplicável a Antônio e Geraldo.

- (A) Antônio responde por tentativa de latrocínio e Geraldo, por tentativa de roubo.
- (B) Ambos respondem por latrocínio tentado.
- (C) Antônio responde por latrocínio consumado, enquanto Geraldo, apenas por roubo.
- (D) Ambos respondem por roubo tentado e lesões corporais graves.

34. Um profissional faz numa pessoa furo na orelha, ou coloca um piercing em parte de seu corpo, ou, ainda, faz-lhe uma tatuagem. Tais práticas, em tese, caracterizam lesão corporal, mas não são puníveis. Assinale a alternativa correta pela qual assim são consideradas.

- (A) Por força do princípio da insignificância.
- (B) Pelo princípio da disponibilidade do direito à integridade física.
- (C) Pelo princípio da adequação social.
- (D) Por razão de política criminal.

35. Assinale a alternativa correta.

- (A) O peculato-furto pode ser praticado em co-autoria com pessoa que não seja funcionário público.
- (B) O crime plurissubjetivo compatibiliza-se com a norma prevista no art. 29 do Código Penal.
- (C) Ao crime tentado pode corresponder a pena do crime consumado.
- (D) Crime plurissubjetivo e crime de participação necessária são idênticos.

36. Assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição virtual, também dita prescrição em perspectiva, está prevista no Código Penal.
- (B) Os prazos prescricionais, configurados antes de a sentença transitar em julgado, devem ser exasperados diante da reincidência do agente.
- (C) A detração penal é computada na contagem do prazo prescricional.
- (D) Há delitos imprescritíveis em nosso ordenamento jurídico.

37. Ao definir os crimes contra o meio-ambiente, a Lei n.º 9.605/98 tipifica o incêndio em mata ou floresta, admitindo a modalidade culposa. Se, culposamente, uma pessoa vem a provocar incêndio em floresta, acarretando extermínio de animais da fauna silvestre, responderá

- (A) somente por contravir ao art. 41, parágrafo único, da citada lei.
- (B) em concurso material, por atear fogo e destruir a fauna.
- (C) pelo crime de punição mais grave.
- (D) por ambas as infrações, em concurso formal.

38. O art. 323 do Código Eleitoral reprime a divulgação de fatos inverídicos durante o período da propaganda eleitoral. Qual a conduta penal aí entrevista?

- (A) Simplesmente a divulgação de fatos inverídicos concernentes a partidos e candidatos, capazes, ou não, de influenciar o eleitorado.
- (B) A divulgação deve ter exclusivamente como escopo influir negativamente na imagem de candidato ou partido adversário.
- (C) Tanto a divulgação de fatos inverídicos, feita em detrimento de candidato ou partido, quanto a exaltação de qualidades inverídicas de um candidato em prejuízo de outro caracterizam crime eleitoral.
- (D) O dolo, nas hipóteses figuradas, é genérico.

39. À luz da Lei n.o 11.340/06 (Lei Maria da Penha), assinale a hipótese inadequada.
- (A) Essa lei abrange as relações homossexuais de toda a espécie.
 - (B) A referida lei coíbe a incidência de penas brandas previstas na Lei n.o 9.099/95, como a oferta de cestas básicas ou outras prestações de caráter pecuniário.
 - (C) A mesma lei restringiu as hipóteses de custódia preventiva do agente.
 - (D) Ao contrário, essa lei ampliou as ditas hipóteses.
40. Qual dos crimes contra a vida inadmite tentativa ou punição se as lesões ao ofendido forem leves?
- (A) Infanticídio.
 - (B) Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.
 - (C) Homicídio.
 - (D) Aborto.
41. Dos delitos contra os costumes, a seguir relacionados, exige honestidade da vítima:
- (A) a posse sexual mediante fraude.
 - (B) o assédio sexual.
 - (C) o atentado ao pudor mediante fraude.
 - (D) a corrupção de menores.
42. Numa pequena cidade do interior paulista, em época de eleições, foi armado um palanque na praça central e o então Prefeito, candidato à reeleição, profere um discurso. O candidato adversário, aproximando-se do palanque, brada em voz alta: "Perverso", "você é pedófilo e foi visto nesta mesma praça abusando do Nenê, filho do vereador Basílio, duas semanas atrás". Tais expressões caracterizam, em tese, crimes contra a honra (injúria e calúnia). Em face do concurso de infrações, o candidato ofensor responderia
- (A) por ambos os crimes, em concurso material.
 - (B) só por calúnia, aplicada, porém, em seu detrimento, a continuidade delitiva.
 - (C) só pelo crime de calúnia, por configurar-se a progressão criminosa e tratar-se de delito único.
 - (D) por ambos os crimes, em concurso formal de delitos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

43. Airton ajuíza contra Roberto uma queixa-crime. Designada audiência, e intimado pessoalmente para depoimento pessoal, o querelante, imotivadamente, deixa de comparecer, sequer tendo comunicado a ausência a seu advogado, também ausente. Para a extinção de punibilidade de Roberto, o juiz considerará que
- (A) houve renúncia de Airton.
 - (B) ocorreu o perdão judicial.
 - (C) houve perempção.
 - (D) configurou-se preclusão consumativa.
44. Das hipóteses relacionadas, assinale aquela em que a decisão penal absolutória impede a propositura de ação civil.
- (A) Não constituir o fato infração penal.
 - (B) Não haver provas da existência do fato.
 - (C) Militar uma excludente de antijuridicidade.
 - (D) Estar provada a inexistência do fato.

45. Antônio veio a ser condenado por crime de tráfico de entorpecentes. A decisão transitou em julgado. Agora, na fase de execução da sentença, o réu foi transferido para presídio situado em comarca distinta da originária. Postula, então, seja em seu favor aplicado o princípio da novatio legis in mellius. Indaga-se se a postulação é cabível e, caso afirmativo, a quem deve ser dirigida.

- (A) É cabível, sendo competente o Tribunal de Justiça em sede de revisão criminal.
- (B) Não é cabível porque a sentença transitou em julgado, não mais podendo ser revista.
- (C) É cabível, sendo competente a vara pela qual tramita a execução penal.
- (D) É cabível, sendo necessariamente deduzida na vara de origem.

46. Pedro, num curto espaço de tempo, furtou, mediante arrombamento, três lojas situadas em S. Bernardo do Campo e Diadema (comarcas vizinhas), separadas por quarteirões. As duas primeiras lojas situam-se em S. Bernardo do Campo, ao passo que a terceira, em Diadema. Quanto à ação criminosa, tem-se por certo que ultrapassou a esfera de competência de mais de um Juízo. Assinale qual seria o competente.

- (A) O de S. Bernardo, local do primeiro crime.
- (B) O de Diadema, por tratar-se de crime continuado e a última infração veio ali a ser cometida.
- (C) O de S. Bernardo, tendo em vista que ali foi cometido um número maior de infrações penais.
- (D) Define-se a competência por prevenção.

47. Jacó veio a ser julgado no Júri por tentativa de homicídio, mas o Corpo de Jurados desclassificou o crime para lesões corporais, negando a intenção homicida, e considerou as lesões corporais como leves. Em tal hipótese,

- (A) os próprios jurados devem julgar o réu por lesões corporais leves.
- (B) a competência é do Juiz Presidente do Júri, cumprindo-lhe, porém, aguardar queixacrise ou representação do ofendido.
- (C) o juiz remeterá os autos ao Juizado de Pequenas Causas.
- (D) pode o Juiz Presidente julgar, desde logo, o delito de lesões corporais leves.

48. Concomitantemente, diversas pessoas saquearam um estabelecimento comercial, sem se conhecerem umas às outras. Trata-se de

- (A) continência de ações, em razão do concurso de pessoas.
- (B) conexão intersubjetiva por reciprocidade.
- (C) conexão intersubjetiva por simultaneidade.
- (D) conexão objetiva.

49. Maria, durante certo tempo, apropriou-se indevidamente de certas quantias de uma agência bancária, de que era funcionária. Correram três inquéritos e, por malícia do banco, um deles processado em Delegacia de Polícia distinta. Em razão do primeiro e segundo inquéritos, apensados, sobreveio sentença condenatória que reconheceu a continuidade delitiva. O terceiro também rendeu ensejo a outra ação criminal de que resultou nova condenação de Maria, ratificados ambos os decisórios em segundo grau. Em tais circunstâncias, qual medida poderá ser diligenciada em seu prol?

- (A) Nenhuma, por ocorrer trânsito em julgado que confirmou a condenação.
- (B) Requerimento ao Superior Tribunal de Justiça, por encontrar-se esgotada a jurisdição estadual.
- (C) Revisão criminal perante o Tribunal de Justiça.
- (D) Unificação de penas.

50. Certa coleção de armas veio a ser roubada. Presos os autores do roubo, vieram a ser condenados. Por efeito do roubo, a posse das armas, originariamente lícita, passou a ser proibida, em virtude da nova Lei de Armas. Em tal hipótese,

- (A) as armas devem ser restituídas à vítima.
- (B) devem ser vendidas em leilão público e o valor há de ser revertido ao ofendido.
- (C) devem, ao contrário, ser destruídas.
- (D) devem ser leiloadas, mas o valor destinado à União.

51. O réu deve ser interrogado em primeiro lugar, consoante o CPP, art. 385. Figure-se a hipótese em que, ausente, o réu venha a sofrer condenação penal. Recolhido ao cárcere, interpõe apelação. Em tal hipótese, pode o tribunal determinar o seu interrogatório?

- (A) Sim, diretamente ou por delegação ao juízo de origem.
- (B) Não, porque já preclusa a fase probatória do processo.
- (C) Não, pois o interrogatório precede as provas acusatórias e da defesa.
- (D) Sim, devendo, necessariamente, ser colhido perante o Juízo da Vara de origem.

52. Assinale a alternativa correta.

- (A) Pode ser colhida prova criminal no gabinete do Promotor de Justiça, sob sua presidência.
- (B) Em ação penal privada, admite-se a assistência de acusação.
- (C) O assistente da acusação pode recorrer de sentença absolutória se não o houver feito o Promotor de Justiça.
- (D) O assistente de acusação pode arrolar e ouvir testemunhas mesmo que já se tenha verificado o limite máximo de depoentes.

53. O Ministério Público recorre de uma sentença absolutória. É aberta vista a um representante do parquet, que não o recorrente. O segundo promotor considera justa a decisão recorrida. Em tais condições,

- (A) ele deve desistir do recurso.
- (B) ele não pode desistir do recurso, mas não estará sujeito a arrazoa-lo.
- (C) ele deve manifestar-se, apoiando os argumentos da sentença.
- (D) ele não pode desistir, cumprindo-lhe impugnar a sentença.

54. No julgamento de uma revisão criminal, o Tribunal decide anular uma decisão do Júri. Tal pronunciamento encerra

- (A) um juízo rescidente, mas não rescisório.
- (B) juízo rescisório puro e simples.
- (C) juízo rescisório meramente declaratório.
- (D) um juízo rescidente cumulado com um rescisório.

55. O vigente art. 366 do CPP admite tanto a suspensão do processo como do lapso prescricional ao réu que, citado por editais, torna-se ausente e deixa de constituir advogado. Aponte a alternativa válida para regular-se a contagem do prazo prescricional.

- (A) A prescrição ocorrerá no prazo máximo previsto no Código Penal.
- (B) Será válido, para tanto, o prazo máximo em abstrato pertinente ao crime narrado na denúncia.
- (C) A prescrição coincidirá com a pena de maior duração, ou seja, trinta anos.
- (D) A prescrição deve ser regulada pela pena mínima prevista para o crime.

56. Dos exemplos seguintes, assinale o fato insuscetível de ser reconhecido como nulo em processo de competência do Júri.

- (A) A exibição de gráfico em plenário, por qualquer das partes, quando esse elemento de informação não foi comunicado à parte contrária pelo menos três dias antes do julgamento, certo que nele são apontadas as sedes das lesões, bem assim a trajetória dos disparos no corpo da vítima, decorrentes dos disparos atribuídos ao acusado.
- (B) A admissão, no Conselho de Sentença, de jurado que seja parente de outro réu acusado de homicídio e na iminência de vir a júri.
- (C) A leitura, por uma das partes, de jornal versando sobre matéria de fato constante do processo, ausente prévia juntada aos autos e decorrente cientificação da parte contrária.
- (D) Formulação dos quesitos em forma negativa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

57. Os reguladores dogmáticos de uma _____ de legitimação são, por isso, um tanto _____, como é o caso, por exemplo, da regra de _____: os fins articulados e qualificados devem estar na dependência dos meios disponíveis e identificáveis, ou da regra de _____: o Estado Social está vinculado à realização de seus objetivos, cabendo ao intérprete considerá-los do ponto de vista da sua implementação.

As expressões faltantes são:

- (A) teoria ... relativos ... possibilidade ... eficiência
- (B) doutrina ... ambíguos ... dependência ... reserva do possível
- (C) interpretação ... abertos ... proporcionalidade ... exigibilidade
- (D) análise ... discutíveis ... controle ... estrita legalidade

58. A teoria da metodologia jurídica tradicional distinguia entre normas e princípios. Ao se abandonar essa distinção, sugere a metodologia jurídica moderna que as regras e princípios são duas espécies de normas. Saber como distinguir, no âmbito do superconceito norma, entre regras e princípios, é uma tarefa particularmente complexa. Vários são os critérios sugeridos: a) grau de abstração; b) grau de determinabilidade na aplicação do caso concreto; c) caráter de fundamentalidade no sistema das fontes de direito; d) proximidade da idéia de direito; e) natureza normogenética. A complexidade deriva de indefinição quanto à função dos princípios e de se saber se entre princípios e regras existe um denominador comum, com diferença apenas de grau.

Lido o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Os princípios são verdadeiras normas, quantitativamente distintas das outras categorias de normas – as regras jurídicas.
- (B) Os princípios são fundamento de regras, isto é, são normas que estão na base ou constituem a ratio de regras jurídicas.
- (C) A convivência dos princípios é antinômica, enquanto a convivência de regras é conflitual.
- (D) Um modelo constituído exclusivamente por princípios conduziria a um sistema jurídico de ilimitada racionalidade prática.

59. Leia os assertos a seguir.

I. A eficácia é um atributo associado às normas e consiste na conseqüência jurídica que deve resultar de sua observância, podendo ser exigida judicialmente, se necessário. A doutrina tem procurado expandir a capacidade normativa dos princípios de várias

maneiras, diante de uma Constituição eminentemente principiológica, tal como a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5.10.1988.

II. A eficácia negativa autoriza que sejam declaradas inválidas todas as normas ou atos que contravenham os efeitos pretendidos pela regra constitucional explícita.

III. A eficácia jurídica positiva ou simétrica independe da precisa identificação dos efeitos pretendidos pela norma constitucional.

IV. A vedação do retrocesso é uma derivação da eficácia negativa particularmente ligada aos princípios que envolvem os direitos fundamentais.

São verdadeiras apenas as afirmações

(A) I e IV.

(B) II e IV.

(C) II e III.

(D) I e III.

60. A efetividade, ou eficácia social da norma, diz respeito ao cumprimento do direito por parte de uma sociedade, ao reconhecimento do direito pela comunidade ou, mais particularizadamente, aos efeitos que uma regra suscita através do seu cumprimento, e equivale à

(A) mera vigência da norma, conforme pretendia Kelsen.

(B) observância espontânea do comando contido na norma.

(C) aplicabilidade imediata da norma de eficácia plena.

(D) materialização, no mundo dos fatos, da dicção da norma.

61. O mandado de segurança coletivo foi previsto na Constituição da República de 5.10.1988 para permitir que as pessoas jurídicas defendam o interesse de seus membros ou da própria sociedade, evitando-se a multiplicidade de demandas idênticas e conseqüente demora na prestação jurisdicional. Ele poderá ser impetrado por partido político

(A) com representação em ambas as Casas do Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses da entidade ou de seus associados.

(B) com representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

(C) com representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, em defesa dos interesses próprios.

(D) ou representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, em defesa dos interesses próprios e de seus membros ou associados.

62. O princípio da moralidade impõe a todo administrador respeitar os princípios éticos de razoabilidade e justiça por constituir, a partir da Constituição de 1988, pressuposto de validade de todo ato da administração pública.

A partir dessa afirmação, assinale a resposta correta.

(A) O Poder Judiciário pode controlar a legalidade dos atos da Administração Pública, mas é-lhe vedado controlar a moralidade dessa atuação.

(B) O controle de moralidade da Administração Pública se fará mediante aferição das finalidades que inspiraram a autoridade acusada de prática imoral.

(C) Ao consagrar o princípio da moralidade, o constituinte não consagrou igualmente a necessidade de proteção à moralidade e responsabilização do administrador amoral.

(D) Esse postulado fundamental conferiu substância e deu expressão a uma pauta de valores éticos, sobre os quais se funda a ordem positiva do Estado.

63. O Conselho Nacional de Justiça tem a função de realizar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e, para bem desempenhar sua missão constitucional, é-lhe permitido atuar como órgão administrativo hierarquicamente superior na função

(A) correcional e disciplinar, podendo analisar tanto a legalidade quanto o mérito de eventuais faltas funcionais.

(B) de controle da atuação administrativa, podendo desconstituir o ato discricionário praticado, com apreciação inclusive quanto ao mérito.

(C) de controle da atuação financeira, podendo desconstituir o ato discricionário praticado, com apreciação inclusive quanto ao mérito.

(D) de controle da atuação administrativa e financeira, podendo desconstituir o ato praticado, mas sem apreciação do mérito.

64. "O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar e é portador solene de obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras". Este texto, constante da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, elaborada na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, 1972, inspirou o constituinte brasileiro de 1988, para conferir singular tratamento ao meio ambiente. Do caput do artigo 225 da Constituição da República, se extrai que o meio ambiente

(A) é um conceito jurídico, a ser tratado juridicamente pelos operadores do direito quando perante demandas judiciais nele fundadas.

(B) é considerado patrimônio comum de toda a cidadania, para garantia de sua integral proteção e para evitar prejuízo da coletividade em face da afetação de certo bem a uma finalidade individual.

(C) constitucional reclama adaptação dos conceitos tradicionais do Direito, principalmente o direito de propriedade, para fins de implementação de sua rede protetiva.

(D) é um conceito que desconhece os fenômenos de fronteiras e, portanto, todas as pessoas jurídicas de direito público interno e as entidades federativas têm competência para legislar sobre o tema.

65. O princípio do melhor interesse da criança reclama a prioridade absoluta e imediata da infância e da juventude, de maneira a elas conferir uma consideração especial, com a salvaguarda universal de seus direitos fundamentais. O que permite se afirmar que, à luz da Constituição da República Federativa do Brasil,

(A) o legislador fixou como critério interpretativo do Estatuto da Criança e do Adolescente a tutela incondicionada da formação da personalidade do menor, em consonância com a vontade dos pais.

(B) os filhos podem ser ouvidos sobre a própria educação, inclusive sobre os métodos pedagógicos aplicados, mas a sua opinião não é vinculativa para os pais.

(C) a prioridade absoluta e imediata da infância impõe diretrizes para a solução de conflitos e busca de mecanismos protetivos, mas não chega a separar a figura conjugal da figura parental.

(D) os pais e educadores são submetidos a um controle ostensivo, de forma a reprimir atos ilícitos e abuso de direito, sem prejuízo do comportamento comissivo, para promover o bem do menor.

66. O conceito de educação é mais compreensivo e abrangente que o da mera instrução. A educação objetiva propiciar a formação necessária ao desenvolvimento das aptidões, das potencialidades e da personalidade do educando. Seu objetivo é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dentre os princípios constitucionais em relação ao ensino, encontram-se:

- I. igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. gratuidade do ensino fundamental;
- IV. valorização dos educadores, garantidos os planos de carreira com piso salarial profissional;
- V. pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e sua coexistência com a liberdade de se subtrair ao ensino convencional;
- VI. gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

São verdadeiras apenas as seguintes afirmações:

- (A) I, II e VI.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, IV e VI.

DIREITO ADMINISTRATIVO

67. O detentor dos poderes da Administração é o Estado, pessoa única, embora constituída dos vários órgãos que integram sua estrutura. Despersonalizados, esses órgãos não agem em nome próprio, mas no do Estado, de que são instrumentos indispensáveis ao exercício de suas funções e atividades típicas. Muitas vezes, o Estado se vê obrigado a adotar estratégias de funcionamento com vistas à maior eficiência da administração. Dentre elas, destacam-se a outorga de serviço ou atividade a pessoa distinta, mas investida dos necessários poderes de administração, a repartição de funções entre os vários órgãos despersonalizados, sem quebra de hierarquia, a transferência da execução de serviço ou de competência e a entrega dessas atribuições sem necessidade de lei específica. As afirmativas desta última frase referem-se, respectivamente, a

- (A) delegação, outorga, desconcentração e descentralização.
- (B) descentralização, desconcentração, delegação e execução indireta.
- (C) coordenação, descentralização, delegação e desconcentração.
- (D) execução indireta, desconcentração, descentralização e delegação.

68. É reconhecida à Administração o poder de executar direta e imediatamente seus atos

imperativos, independentemente de pedido cominatório ou mandado judicial. Tal processo

executório tem cabimento quando as circunstâncias indicam a necessidade premente da obtenção do fato ou coisa. Atua pela atualização, por parte do administrador, dos chamados meios diretos de coerção administrativa, de modo a tornar possível obter, por coação absoluta, a própria prestação exigida do administrado, ou, na sua impossibilidade,

outra equivalente. Isso significa a possibilidade direta de:

- I. cobrança contenciosa de multa ou sanção pecuniária;
- II. interdição de atividade ilegal;
- III. embargo de obra clandestina;
- IV. demolição de obra clandestina;

- V. inutilização de gêneros alimentícios impróprios para o consumo;
- VI. reintegração imediata de posse de imóvel público.

São verdadeiros apenas os itens

- (A) I, II, IV e VI.
- (B) II, III, V e VI.
- (C) II, III, IV e V.
- (D) I, III, IV e VI.

69. Dentre os atos administrativos ordinatórios, destacam-se as _____, ordens escritas e gerais a respeito do modo e forma de execução de determinado serviço público, as _____, expedidas a determinados funcionários ou agentes administrativos incumbidos de certo serviço e de maior generalidade que as anteriores; os _____, destinados a dar conhecimento de assuntos afetos à atividade administrativa; as _____, atos administrativos internos com determinações gerais ou especiais, designação de servidores e instauração de sindicância e processos administrativos; as _____, contendo imposições de caráter administrativo ou especificações técnicas sobre modo e forma de sua realização; os _____ com determinações e instruções das Corregedorias ou tribunais para a regularização e uniformização dos serviços e os _____, comunicações escritas expedidas entre autoridades, subalternos e superiores e entre a Administração e particulares.

As expressões faltantes são:

- (A) portarias ... instruções ... ofícios ... resoluções ... ordens de serviço ... comandos ... avisos.
- (B) ordens de serviço ... circulares ... avisos ... portarias ... resoluções ... provimentos ... despachos.
- (C) circulares ... instruções ... avisos ... portarias ... ordens de serviço ... despachos ... ofícios.
- (D) instruções ... circulares ... avisos ... portarias ... ordens de serviço ... provimentos ... ofícios.

70. A invalidação dos atos administrativos inconvenientes, inoportunos ou ilegítimos constitui tema de alto interesse tanto para a Administração como para o Judiciário, uma vez que a ambos cabe, em determinadas circunstâncias, desfazer os que se revelarem inadequados aos fins visados pelo Poder Público ou contrários às normas legais que os regem. A faculdade de invalidação dos atos administrativos pela própria Administração é bem mais ampla do que aquela concedida à Justiça. Donde se afirmar que a Administração controla seus próprios atos em toda a plenitude. Isto considerado, é correto afirmar que

- (A) o controle judiciário se restringe ao exame estrito da legalidade, sem possibilidade de incursão pelo princípio da moralidade.
- (B) a revogação opera ex tunc, ou seja, desde a data em que o ato inconveniente foi editado.
- (C) os atos administrativos especiais ou individuais são irrevogáveis, ainda que inconvenientes para a Administração.
- (D) a anulação é a declaração de invalidação de um ato administrativo feita pela própria Administração ou pelo Judiciário.

71. Leia as afirmativas a seguir.

I. A teoria da culpa administrativa, transição entre a doutrina subjetiva da culpa civil e a tese objetiva do risco administrativo, leva em conta a falta do serviço e a culpa subjetiva do agente.

II. Enquanto a teoria da culpa administrativa exige a falta do serviço, na teoria do risco administrativo exige-se o fato do serviço. Naquela, a culpa é presumida da falta administrativa. Nesta, é inferida do fato lesivo.

III. A teoria do risco administrativo não se confunde com a teoria do risco integral e significa a necessidade de a vítima comprovar a culpa da Administração.

IV. O § 6º do artigo 37 da Constituição da República manteve a responsabilidade civil objetiva da Administração, sob a modalidade do risco administrativo.

V. Todas as entidades estatais e seus desmembramentos administrativos são obrigados a indenizar o dano causado por seus servidores, independentemente da prova de culpa no cometimento da lesão.

São verdadeiras apenas as afirmações

(A) I, IV e V.

(B) II, III e V.

(C) I, III e V.

(D) III, IV e V.

72. A partir da consideração de que atos políticos são os praticados por agentes de governo, são atos governamentais por excelência, e não apenas de administração, consistem na própria condução dos negócios públicos, e não simplesmente na execução de serviços públicos – daí seu maior discricionarismo – é correto afirmar que

(A) é suficiente a alegação de que se trata de ato político para tolher o controle judicial, pois é vedado ao Poder Judiciário adentrar no exame do mérito do ato administrativo.

(B) não há uma categoria de atos políticos, como entidade ontológica autônoma na escala dos atos estatais, nem há um órgão ou Poder que os pratique com privatividade.

(C) não é ato político o do Tribunal que seleciona, na lista sêxtupla encaminhada pelo órgão de representação de classe, os integrantes da lista tríplice para compor o quinto constitucional.

(D) não é ato político o do Chefe do Executivo ao conceder indulto e, portanto, inclui-se na categoria dos atos administrativos insuscetíveis de apreciação judicial.

73. A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101, de 04.05.2000 – estabelece que a despesa total com pessoal não poderá exceder os percentuais da receita líquida nos limites nela fixados para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e que a repartição desses limites não poderá exceder os percentuais nela estabelecidos. De sua dicção, pode-se extrair a afirmação de que

(A) a despesa total com pessoal compreende o montante do dispêndio com o funcionalismo ativo de qualquer espécie, excetuado o pessoal inativo e os pensionistas.

(B) a verificação do cumprimento dos limites nela estabelecidos será realizada ao final de cada trimestre e, ultrapassado o percentual de 95%, será vedada a concessão de vantagem, aumento ou reajuste.

(C) há nulidade de pleno direito do ato que provoque aumento de despesa com pessoal e não atenda aos demais requisitos legais, ou expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do poder.

(D) para redução do excesso de dispêndio, prevê-se extinção de cargos, redução de valores a eles atribuídos, redução temporária da jornada, sem prejuízo da intervenção federal ou estadual, conforme o caso.

74. Compete à União expropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão. É a desapropriação-sanção, prevista para atender à reforma agrária, desde que a propriedade rural esteja a desatender, simultaneamente, aos requisitos que seguem:

(A) aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, observância da legislação trabalhista e do bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

(B) aproveitamento adequado de pelo menos 50% da área, preservação do meio ambiente, observância da legislação trabalhista e tutela da dignidade humana dos trabalhadores.

(C) aproveitamento racional da terra, utilização sustentável dos recursos naturais, observância da legislação trabalhista, da saúde e da educação dos trabalhadores rurais.

(D) preservação do meio ambiente mediante a proteção da reserva florestal, observância da legislação trabalhista sem registro de reclamações e garantia de moradia e transporte para os trabalhadores rurais.

75. A Administração Pública somente pode cumprir as funções para as quais foi preordenada mediante o trabalho de seus servidores, categoria que abrange a grande massa de prestadores de serviços ao Poder Público e a ele vinculados por relações profissionais de diversas índoles. Assim, _____ é o lugar instituído na organização do serviço público com denominação própria, atribuições e responsabilidades específicas e estipêndio correspondente, enquanto _____ é a atribuição ou o conjunto de atribuições que a Administração confere a cada categoria profissional. _____ é o agrupamento de classes da mesma profissão ou atividade, escalonadas segundo a hierarquia do serviço, que iniciam e terminam nos respectivos _____. Por fim, _____ é o número de servidores que devem ter exercício em cada repartição ou serviço. As expressões faltantes são, respectivamente,

(A) quadro ... carreira ... classe ... cargos ... lotação

(B) cargo ... classe ... carreira ... quadros ... relocação

(C) emprego ... classe ... carreira ... quadros ... cômputo

(D) cargo ... função ... classe ... quadros ... lotação

76. Tombamento é a declaração, pelo Poder Público, do valor histórico, artístico, paisagístico, turístico, cultural ou científico de coisas ou locais que, por essa razão, devam ser preservados, de acordo com a inscrição em livro próprio. A Constituição da República o prevê no artigo 216, § 1o, cometendo ao Poder Público a obrigação de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro mediante essa e várias outras providências. Pode-se afirmar, então, que:

I. O tombamento não exclui os inventários, registros, vigilância, e desapropriação, excluídas outras modalidades de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

II. Qualquer das entidades estatais pode dispor sobre o tombamento de bens em seu território, pois o tombamento é ato administrativo da autoridade competente.

III. O tombamento, por residir na esfera da discricionariedade do Poder Público, não se submete à regra do devido processo legal, nem exige prévia manifestação do proprietário do bem tombado.

IV. O tombamento pode acarretar tanto uma restrição individual quanto uma limitação geral, conforme atinja exclusivamente o proprietário do bem tombado ou abranja toda uma coletividade.

V. Os bens tombados devem ser preservados por seus proprietários, à exceção da necessidade de expropriação pelo Poder Público, insuscetível de subordinar o interesse coletivo à limitação que recai sobre o imóvel.

São verdadeiras apenas as afirmações

- (A) I, III e V.
- (B) II e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) III e V.

DIREITO TRIBUTÁRIO

77. O art. 150, I, da Constituição Federal, consagra o princípio da legalidade tributária ao ditar que “é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça”. Em matéria tributária, nos termos do Código Tributário Nacional, não depende de lei

- (A) a atualização monetária da base de cálculo.
- (B) a definição do fato gerador da obrigação tributária principal.
- (C) a extinção de tributos.
- (D) a fixação de alíquota do tributo e a sua base de cálculo.

78. O art. 150, III, alínea a, da Constituição Federal, consagra o princípio da irretroatividade tributária estabelecendo que “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado”. Da leitura do Código Tributário Nacional conclui-se que pode ser aplicada retroativamente

- (A) em nenhum caso, pois a retroatividade no direito tributário é impossível.
- (B) quando a lei seja expressamente interpretativa.
- (C) quando extinga tributo ou deixe de definir determinado ato como infração, ainda que já definitivamente julgado.
- (D) quando institua tributo.

79. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular. A dívida regularmente inscrita

- (A) gera a presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.
- (B) gera a certeza e liquidez, mas não tem efeito de prova pré-constituída.
- (C) estabelece o termo para fluência dos juros de mora.
- (D) constitui em definitivo o crédito tributário.

80. A natureza jurídica específica do tributo é determinada

- (A) pelo lançamento.
- (B) pelo fato gerador da obrigação.
- (C) pela denominação legal.
- (D) pela destinação legal do produto da arrecadação.

81. Compete aos Estados instituir impostos sobre

- (A) propriedade predial e territorial urbana.
- (B) propriedade territorial rural.
- (C) transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito a sua aquisição.
- (D) transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.

82. Lei municipal, contrariando a Constituição Federal, institui tributo de competência do Estado. De acordo com o sistema de controle de constitucionalidade, essa lei municipal

- (A) é ilegal e não pode ser submetida ao controle de constitucionalidade.
- (B) é inconstitucional, passível de controle difuso da constitucionalidade.
- (C) é passível de controle concentrado, mediante ação declaratória de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal.
- (D) é legal e constitucional devido à competência residual do Município.

83. Lei Estadual instituindo imposto sobre operações de circulação de livros e jornais

- (A) é válida, pois o ICMS é da competência estadual.
- (B) é inconstitucional por violar norma de imunidade tributária.
- (C) é válida porque decorre de lei estadual.
- (D) é constitucional, pois o regramento constitucional do ICMS não prevê a imunidade tributária, apenas a seletividade tributária.

84. O fato gerador da obrigação principal é a situação definida

- (A) na lei como necessária, e suficiente à sua ocorrência.
- (B) exclusivamente pelo texto constitucional, nos termos das limitações ao poder de tributar.
- (C) pelas leis, decretos e norma regulamentares da Administração Pública Direta.
- (D) pelas leis, decretos e norma regulamentares da Administração Pública Direta, Indireta e fundacional.

85. São modalidades de exclusão do crédito tributário:

- (A) o pagamento e a anista.
- (B) a isenção e o pagamento.
- (C) o parcelamento e o pagamento.
- (D) a isenção e a anistia.

86. Na solidariedade tributária, a isenção ou remissão outorgada pessoalmente a um dos obrigados

- (A) exclui totalmente o crédito tributário, pois aproveita a todos.
- (B) não exonera os demais, ficando mantida a solidariedade quanto ao saldo.
- (C) exonera a todos, desde que incidente sobre bens imóveis.
- (D) exclui o crédito tributário, desde que não seja resultado de multa.

DIREITO COMERCIAL

87. No que se refere ao nome empresarial, assinale a alternativa correta.

- (A) A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação.
- (B) O nome empresarial pode ser objeto de alienação.
- (C) As sociedades limitadas podem adotar firma ou denominação integrada pela palavra final limitada ou sua abreviatura.
- (D) A proteção ao nome empresarial decorrerá do seu registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

88. A sociedade simples pode ser dissolvida judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando

- (A) ocorrer discordância na administração social.
- (B) anulada sua constituição, exaurido o fim social, ou verificada sua inexequibilidade.

- (C) ocorrer execução fiscal ou ilicitude de sua atividade.
- (D) apenas se verificar a possibilidade de exaustão do fim social.

89. No que tange à representação comercial, pode-se afirmar que

- (A) o contrato de representação comercial é regido por lei especial; a atividade é fiscalizada pelos Conselhos Federal e os Regionais dos Representantes Comerciais; o crédito de representante comercial em processo falimentar é classificado como trabalhista.
- (B) o contrato de representação comercial é regido pela legislação trabalhista; a atividade é fiscalizada pelas Delegacias Regionais do Trabalho e pela Justiça do Trabalho; o crédito de representante comercial em processo falimentar é classificado como trabalhista.
- (C) o contrato de representação comercial é regido pelas disposições não revogadas do Código Comercial; a atividade é fiscalizada pela Junta Comercial e pelo Poder Judiciário; o crédito de representante comercial em processo falimentar é classificado como quirografário.
- (D) o contrato de representação comercial passou a ser regido pelo Novo Código Civil em vigor; a atividade sob a égide do direito civil passou a ser fiscalizada pelo Poder Judiciário; o crédito de representante comercial em processo falimentar é classificado como privilégio especial.

90. O contrato de compra e venda mercantil torna-se perfeito e acabado

- (A) quando é pago o preço.
- (B) com o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do preço.
- (C) quando as partes acordam na coisa, no preço e nas condições estabelecidas.
- (D) quando é entregue a coisa.

91. O art. 4.º da Lei n.º 8.955/94 dita que: "A Circular de Oferta de Franquia deverá ser entregue ao candidato a franqueado no mínimo 10 (dez) dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia ou ainda do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou a empresa ou pessoa ligada a este". O não-recebimento da circular de oferta de franquia nos termos da referida norma

- (A) suspende a eficácia do contrato de franquia até que seja sanada a irregularidade.
- (B) permite ao franqueado o direito de obter a revisão das cláusulas contratuais, desde que demonstre o prejuízo relativo ao negócio.
- (C) assegura, pelo prazo de um ano, a resolução imotivada do contrato de franquia, por parte do franqueado, e, após esse período, mediante prévia notificação, poderá exigir devolução de todas as quantias que já houver pago ao franqueador ou a terceiros por ele indicado, a título de taxa de filiação e royalties, devidamente corrigidas, pela variação do IGPM.
- (D) permite ao franqueado argüir a anulabilidade do contrato e exigir devolução de todas as quantias que já houver pago ao franqueador ou a terceiros por ele indicados, a título de taxa de filiação e royalties, devidamente corrigidas, pela variação da remuneração básica dos depósitos de poupança mais perdas e danos.

92. Com o advento da Sociedade da Informação, José comprou, por meio de internet, um equipamento eletrônico, tendo autorizado o débito em conta corrente em três parcelas iguais. Depois do primeiro pagamento, José recebeu o produto em sua residência. Ao vislumbrar pessoalmente o produto, José não gostou do bem adquirido, o que o fez desistir do contrato após cinco dias da entrega do produto. Assinale a alternativa correta.

- (A) José terá direito, imediatamente, à devolução da primeira prestação não corrigida monetariamente.

(B) José terá direito, após 30 dias contatos da retirada do produto pelo fornecedor, à devolução da primeira prestação não corrigida monetariamente.

(C) José terá direito, imediatamente, à devolução da primeira prestação corrigida monetariamente.

(D) José não terá direito à devolução do produto, pois o exercício do direito de arrendimento com a desistência do contratado deve ser exercido no prazo de três dias.

93. Os principais efeitos da sentença de quebra sobre os direitos dos credores são os seguintes:

(A) formação da massa de credores; vencimento antecipado dos créditos; suspensão de todas as ações ou execuções individuais dos credores; suspensão da fluência dos juros contra a massa falida.

(B) formação da massa falida subjetiva; vencimento antecipado dos créditos sem implicação fiscal; suspensão das ações individuais dos credores e não suspensão das execuções; suspensão da fluência dos juros contra a massa falida.

(C) formação da massa falida objetiva; vencimentos antecipados dos créditos sem implicação contábil; suspensão de todas as execuções individuais dos credores; suspensão da fluência de juros contra a massa falida.

(D) formação da massa falida objetiva e subjetiva; vencimento antecipado dos créditos derivados da legislação trabalhista, suspensão da correção monetária e não-suspensão da fluência de juros contra a massa falida.

94. Na falência, são considerados créditos extraconcursais

(A) os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho.

(B) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias.

(C) custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa falida tenha sido vencida.

(D) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.

95. A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial efetua-se mediante

(A) concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade e concessão de registro de desenho industrial nos termos da Lei de Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/96), sendo a proteção relativa à marca submetida às regras do direito autoral (Lei n.º 9.610/98).

(B) as regras do Direito Autoral previstas no Código Civil.

(C) registro público empresarial com o devido depósito da marca e patente efetuado nos termos da Lei n.º 8.934/94, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins.

(D) concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade; concessão de registro de desenho industrial e de marca; repressão às falsas indicações geográficas; repressão à concorrência desleal, nos termos de Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/96).

96. Marca de produto ou serviço é

(A) a usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa.

(B) a usada pela indústria farmacêutica.

(C) a usada para identificação de produtos ou serviços provindos de membros de determinada entidade farmacêutica.

(D) a utilizada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com certas normas técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material usado e metodologia.

CONHECIMENTOS GERAIS

97. Tradicionalmente, desde 1946, que país usa da palavra em primeiro lugar, na abertura da Assembléia Geral da ONU, em Nova York?

- (A) Argentina.
- (B) Alemanha.
- (C) Brasil.
- (D) EUA.

98. O Prêmio Nobel de Literatura, de 2006, foi concedido a

- (A) José Saramago.
- (B) Orhan Pamuk.
- (C) Gunter Grass.
- (D) Harold Pinter.

LÍNGUA PORTUGUESA

99. Assinale a frase em que o "a" deve receber o acento indicativo de crase.

- (A) As alunas se retiraram uma a uma.
- (B) De terça a quinta houve reuniões.
- (C) O terreno dista de cinco a seis metros da esquina.
- (D) Quem faltar a aula não fará o exame.

100. Assinale a alternativa incorreta quanto à regência.

- (A) Este é o romance de que lhe falei e cujo autor é um francês.
- (B) Com quem Maria está namorando?
- (C) Ele está apto para freqüentar o colégio naval.
- (D) O atleta atingiu o limite de sua capacidade física.

GABARITO

1 - D	2 - B	3 - A	4 - A/C	5 - D	6 - B	17-X	8 - D	9 - B	10-X
11 - D	12 - B	13 - A	14 - B	15 - C	16 - A	17 - B	18 - D	19 - C	20 - D
21 - A	22 - D	23 - C	24 - B	25 - A	26 - C	27 - C	28 - A	29- C/D	30 - A
31 - B	32 - B	33 - B	34 - C	35-X	36 - D	37 - A	38 - C	39- A/C	40 - B
41 - D	42 - C	43 - C	44 - D	45 - C	46 - C	47-X	48 - C	49 - D	50 - B
51 - A	52 - C	53 - C	54 - A	55 - B	56 - A	57 - C	58 - B	59 - A	60 - D
61 - B	62 - D	63 - A	64 - C	65 - D	66 - A	67 - B	68 - C	69 - D	70 - D
71 - A	72 - B	73 - C	74 - A	75-X	76 - B	77 - A	78 - B	79 - A	80 - B
81 - D	82 - B	83 - B	84 - A	85 - D	86 - B	87 - C	88 - B	89 - A	90 - C
91 - D	92 - C	93 - A	94 - C	95 - D	96 - A	97 - C	98 - B	99 - D	100 - B